



**Demonstrações Financeiras Individuais
Preparadas de Acordo com Práticas
Contábeis Adotadas no Brasil**

Banco Original do Agronegócio S.A.

30 de Junho de 2015

ÍNDICE	Pág.
Relatório da Administração	1
Relatório dos Auditores Independentes	2
Demonstrações Financeiras	
Balanços Patrimoniais	4
Demonstrações dos Resultados	6
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	8
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	
Nota 1 . Contexto Operacional	9
Nota 2 . Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras	9
Nota 3 . Principais Práticas Contábeis	9
Nota 4 . Disponibilidades	12
Nota 5 . Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	12
Nota 6 . Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	12
Nota 7 . Relações Interfinanceiras	16
Nota 8 . Carteira de Créditos e Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	17
Nota 9 . Outros Créditos	19
Nota 10 . Outros Valores e Bens	21
Nota 11 . Participações em Coligadas e Controladas	22
Nota 12 . Imobilizado de Uso	22
Nota 13 . Captação de Recursos e Obrigações por Repasses	23
Nota 14 . Outras Obrigações	24
Nota 15 . Ativos e Passivos Contingentes e Provisões	25
Nota 16 . Patrimônio Líquido	25
Nota 17 . Limites Operacionais	26
Nota 18 . Partes Relacionadas	26
Nota 19 . Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas	27
Nota 20 . Despesas de Pessoal	28
Nota 21 . Outras Despesas Administrativas	28
Nota 22 . Despesas Tributárias	28
Nota 23 . Outras Receitas Operacionais	28
Nota 24 . Outras Despesas Operacionais	29
Nota 25 . Resultado não Operacional	29
Nota 26 . Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)	29
Nota 27 . Estrutura de Gerenciamento de Risco	30
Nota 28 . Outras Informações	31

Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores:

Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Original do Agronegócio S.A. (Banco), acompanhadas das respectivas notas explicativas, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2015, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

● Desempenho nos Negócios
1. Resultados

Em 30 de junho de 2015, o Banco apresentou prejuízo no semestre de R\$ (405), contra um lucro de R\$ 2.467 apresentado no primeiro semestre de 2014.

O resultado com operações de crédito, que inclui receita de juros e recuperação de créditos baixados como prejuízo, apresentou R\$ 8.004 no primeiro semestre de 2015, na comparação com o mesmo período de 2014 o resultado foi de R\$ 25.333.

2. Ativos e Passivos

O total de ativos atingiu R\$ 194.221 (30/06/2014 - R\$ 418.482), e é representado principalmente por:

Descrição	30/06/2015	30/06/2014
Aplicações Interfinanceiras	72.615	25.589
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	58.324	51.630
Carteira de Crédito	40.405	309.198

A carteira de crédito ao término do semestre atingiu R\$ 60.837, o saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa é de R\$ 20.432, correspondente a 34% da carteira total, em junho de 2014 correspondiam a R\$ 337.592, R\$ 28.394, respectivamente, em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99.

3. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido resultante ao final do semestre foi de R\$ 104.884 (30/06/2014 - R\$ 106.804), composto da seguinte maneira:

Descrição	30/06/2015	30/06/2014
Capital Social	104.015	104.015
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(462)	364
Reservas de Lucros	1.736	2.425
Prejuízos Acumulados	(405)	-

● Agência de Rating

As agências internacionais de rating atribuem notas qualificando a situação financeira do Banco, a tabela abaixo demonstra os ratings atribuídos:

Agência	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
	Escala Nacional		Escala Internacional (IDR – moeda local e estrangeira)	
Moody's [®]	BR - 2	Baa1.br	NP	B1
Standard & Poor's [®]	brA-3	brBBB	-	-
Fitch Ratings [®]	F2	BBB+	B	B+

[®] Junho/2015

● Governança Corporativa
1. Gerenciamento de Riscos e Controles

Em cumprimento às disposições legais impostas pelo BACEN relativas ao gerenciamento e controle de riscos, o Banco possui uma estrutura dimensionada de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e/ou atividades da Instituição. Assim, o Banco conta com políticas, processos e procedimentos voltados para a administração e gestão de riscos, utilizando-se de instrumentos para medir, monitorar, avaliar e administrar os riscos assumidos na realização de suas atividades.

Estes processos incluem a gestão da exposição aos riscos de: mercado, crédito, liquidez, operacional, legal, "compliance" e regulatório.

O Banco Original do Agronegócio S.A., revisa constantemente seus processos de gestão de riscos visando as melhores práticas de mercado e a total aderência ao que disciplina a legislação em vigor promovida pelo BACEN.

● Ouvidoria

A estrutura de Ouvidoria do Banco atende plenamente aos requisitos definidos pela legislação vigente, disponibilizando aos seus clientes canal de acesso dedicado com divulgação através de ampla rede de pontos e materiais de comunicação. A Instituição mantém sua Ouvidoria como um instrumento de suma importância no relacionamento com seus clientes e compromete-se em auxiliá-la no cumprimento de sua missão.

Em 30 de junho de 2015 houve abertura de uma demanda na ouvidoria direcionada ao Banco Original do Agronegócio.

● Pessoas

O Banco acredita que seus colaboradores são imprescindíveis para o sucesso e crescimento da Instituição e, desse modo, respeita as diferenças individuais e culturais e estimula o ambiente onde todos possam contribuir com suas experiências.

Investe de forma contínua e estratégica na formação de seus colaboradores, através de programas como Educação Corporativa e Parcerias, com um modelo que estimula o desenvolvimento e fortalece os valores e cultura organizacional.

● Relacionamento com os Auditores

De acordo com a Resolução CMN nº 3.198/2004, informamos que durante o semestre os Auditores Independentes prestaram exclusivamente os serviços de auditoria externa para os quais foram contratados, não realizando quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

Nesta oportunidade agradecemos aos nossos clientes e parceiros pela confiança depositada e aos nossos funcionários e colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados.

São Paulo, 26 de Agosto de 2015.

Diretoria

Contador

Maximiliano da Silva de Jesus - CRC - 1SP194.580/O-6

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Original do Agronegócio S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Original do Agronegócio S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Original do Agronegócio S.A. em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 26 de agosto de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Alberto Spilborghs Neto
Contador CRC 1SP167455/O-0

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2015	30/06/2014
Ativo Circulante		110.762	314.888
Disponibilidades	4	48	4.203
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	72.615	25.589
Aplicações no Mercado Aberto		11.440	21.500
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		61.175	4.089
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	68	988
Carteira Própria		-	941
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b.2	68	47
Relações Interfinanceiras	7	60	168
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		10	12
Créditos Vinculados:		50	156
Depósitos no Banco Central		50	156
Operações de Crédito	8	34.438	277.198
Setor Privado		49.861	305.176
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e	(15.423)	(27.978)
Outros Créditos	9	3.474	6.544
Carteira de Câmbio	9.a	-	38
Negociação e Intermediação de Valores		41	14
Créditos Tributários	9.b	1.984	2.587
Diversos	9.d	1.449	3.905
Outros Valores e Bens	10	59	198
Despesas Antecipadas		59	198
Ativo Realizável a Longo Prazo		82.061	101.689
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	58.256	50.681
Carteira Própria		46.257	14.139
Vinculados à Prestação de Garantias		11.999	36.542
Operações de Crédito	8	5.967	32.000
Setor Privado		10.976	32.416
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e	(5.009)	(416)
Outros Créditos		17.838	19.008
Créditos Tributários	9.b	17.838	19.008
Permanente		1.398	1.905
Investimentos	11	445	530
Participações em Coligadas e Controladas:		445	530
No País		445	530
Imobilizado de Uso	12	953	1.375
Imóveis de Uso		247	246
Outras Imobilizações de Uso		3.045	2.974
(Depreciações Acumuladas)		(2.339)	(1.845)
Total do Ativo		194.221	418.482

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2015	30/06/2014
Passivo Circulante		81.148	230.928
Depósitos	13.a	68.478	85.490
Depósitos à Vista		2.117	3.796
Depósitos Interfinanceiros		-	30.480
Depósitos a Prazo		66.361	51.214
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	13.b	9.417	138.762
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		9.417	138.762
Relações Interfinanceiras		7	40
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		7	40
Relações Interdependências	13.c	-	407
Recursos em Trânsito de Terceiros		-	407
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	13.d	110	228
Outras Instituições		110	228
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b.2	-	39
Instrumentos Financeiros Derivativos		-	39
Outras Obrigações		3.136	5.962
Carteira de Câmbio	9.a	-	122
Fiscais e Previdenciárias	14.a	120	4.309
Negociação e Intermediação de Valores		1	550
Diversas	14.b	3.015	981
Passivo Exigível a Longo Prazo		8.189	80.724
Depósitos	13.a	7.212	63.362
Depósitos a Prazo		7.212	63.362
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	13.b	977	15.122
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		977	15.122
Obrigações por Empréstimos e Repasses do País - Instituições Oficiais	13.d	-	465
Outras Instituições		-	465
Outras Obrigações		-	1.775
Diversas	14.b	-	1.775
Resultados de Exercícios Futuros		-	26
Rendas Antecipadas		-	26
Patrimônio Líquido	16	104.884	106.804
Capital Social:		104.015	104.015
De Domiciliados no País	16.a	104.015	104.015
Reservas de Lucros	16.d	1.736	2.425
Ajustes de Avaliação Patrimonial	16.b	(462)	364
Prejuízos Acumulados		(405)	-
Total do Passivo		194.221	418.482

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Receitas da Intermediação Financeira		10.386	48.946
Operações de Crédito	8.g	8.004	25.333
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.a.3	8.959	11.534
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b.3	(6.469)	11.954
Resultado de Operações com Câmbio		(108)	125
Despesas da Intermediação Financeira		(6.228)	(35.409)
Operações de Captação no Mercado	13.a.1	(7.991)	(25.478)
Operações de Empréstimos e Repasses		(3)	(18)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		1.766	(9.913)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		4.158	13.537
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(4.832)	(8.766)
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas	19	30	91
Despesas de Pessoal	20	(63)	(1.469)
Outras Despesas Administrativas	21	(4.661)	(6.408)
Despesas Tributárias	22	(401)	(1.074)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	11	14	(178)
Outras Receitas Operacionais	23	345	707
Outras Despesas Operacionais	24	(96)	(435)
Resultado Operacional		(674)	4.771
Resultado não Operacional	25	-	(169)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		(674)	4.602
Imposto de Renda e Contribuição Social	26	269	(1.760)
Provisão para Imposto de Renda		-	(2.356)
Provisão para Contribuição Social		-	(1.455)
Ativo Fiscal Diferido		269	2.051
Participações no Lucro		-	(375)
Lucro/ (Prejuízo) do Semestre		(405)	2.467
Lucro/ (Prejuízo) Líquido por Ação - em (100.000.000) Ações		(0,0041)	0,0247

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



BANCO ORIGINAL DO AGRONEGÓCIO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva Legal	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		101.212	459	2.302	-	-	103.973
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-	-	364	-	364
Homologação do BACEN s/aumento de Capital Social		-	2.344	-	-	(2.344)	-
Lucro Líquido do Semestre		-	-	-	-	2.467	2.467
Destinações:							
Constituição de Reserva Legal		-	-	123	-	(123)	-
Saldos em 30 de Junho de 2014		101.212	2.803	2.425	364	-	106.804
Mutações do Semestre		-	2.344	123	364	-	2.831
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	16.a	104.015	-	1.736	14	-	105.765
Ajustes de Avaliação Patrimonial	16.b	-	-	-	(476)	-	(476)
Prejuízo Líquido do Semestre		-	-	-	-	(405)	(405)
Saldos em 30 de Junho de 2015		104.015	-	1.736	(462)	(405)	104.884
Mutações do Semestre		-	-	-	(476)	(405)	(881)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2015	30/06/2014
Atividades Operacionais			
Lucro/ (Prejuízo) Líquido do Semestre		(405)	2.467
Ajustes ao Lucro Líquido do Semestre:		(1.660)	7.569
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.e	(1.766)	9.913
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	11	(14)	178
Depreciações e Amortizações	22	237	732
Ajuste a Valor de Mercado		56	(1.578)
Tributos Diferidos		(269)	(2.051)
Provisão para Processos Judiciais, Administrativos e Outros	24	96	-
Provisão de Participações no Lucro		-	375
Lucro/ (Prejuízo) Líquido do Semestre		(2.065)	10.036
Variações em Ativos e Passivos			
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(60.416)	(18.156)
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos		2.387	(29.965)
Varição Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências		70	150
Redução (Aumento) em Operações de Crédito		44.001	30.914
Redução (Aumento) em Outros Créditos		1.955	394
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens		(53)	(101)
Aumento (Redução) em Depósitos		(38.767)	(26.227)
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto		-	(700)
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		(26.377)	(22.783)
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses		(104)	(414)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		(2.160)	642
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros		-	19
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		(81.529)	(56.191)
Atividades de Investimento			
Aumento de Investimentos		(14)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso		(19)	(117)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento		(33)	(117)
Atividades de Financiamento			
Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(1.020)	-
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		(1.020)	-
Aumento/Redução Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		(82.582)	(56.308)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		94.070	82.011
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4	11.488	25.703
Aumento/Redução Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		(82.582)	(56.308)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

O Banco Original do Agronegócio S.A. (Banco) é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a operar sob a forma de banco múltiplo, através de carteira comercial, de financiamento e investimento, de crédito imobiliário e rural, operações compromissadas e mercado de câmbio, constituído na forma de sociedade anônima, sediado na Rua General Furtado do Nascimento, 66 - Alto de Pinheiros - São Paulo - SP.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404/1976, anteriormente à promulgação da Lei nº 11.638/2007, e Medida Provisória (MP) nº 449/2008 (convertida posteriormente na Lei nº 11.941/2009), com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN, apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para determinação e contabilização dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. Entretanto, a Administração revisa periodicamente essas premissas e estimativas e é de opinião que não deverão existir diferenças significativas.

As demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2015 foram aprovadas pela Administração na reunião realizada em 26 de agosto de 2015 e serão divulgadas, no endereço eletrônico www.original.com.br.

3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para as de natureza financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre ativos e passivos indexados.

b) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para ajustar o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/2001.

c) Apresentação das Demonstrações dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método indireto, conforme premissas estabelecidas no CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Resolução CMN nº 3.604/2008.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional e estrangeira e aplicações interfinanceiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Em 30 de junho de 2015 e 2014, os valores são compostos conforme Nota 4.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As operações compromissadas são ajustadas pela taxa de mercado contratada em cada operação.

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

f) Títulos e Valores Mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado. Conforme Circular nº 3.068/2001 os títulos para negociação são registrados no Ativo Circulante independente de sua data de vencimento;
- **Títulos disponíveis para venda** - Adquiridos com o propósito de não serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado, e ajustados ao valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial", e esses ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido; e
- **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para serem mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado.

Em 30 de Junho de 2015 não haviam títulos mantidos até o vencimento.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

g) Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos)

Os instrumentos financeiros derivativos que o Banco opera não atendem os critérios de "hedge" contábil estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.082/2002 e são utilizados para administrar a exposição global de risco.

Os derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado.

h) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

A partir de 1º de janeiro de 2012, entrou em vigência a Resolução nº 3.533/2008, do CMN, que alterou o registro das operações de cessões de crédito, realizadas a partir de 2012, estabelecendo procedimentos para a classificação e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. Conforme esse novo normativo, a manutenção ou baixa do ativo financeiro está relacionada à retenção substancial dos riscos e benefícios na operação de venda ou transferência.

As operações de cessão de créditos classificadas como "operações com transferência substancial dos riscos e benefícios", devem ser baixadas do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação deve ser apropriado ao resultado do período de forma segregada.

As operações classificadas como "operações com retenção substancial dos riscos e benefícios", o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência devem permanecer, na sua totalidade, registrado no ativo, os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida e as receitas e as despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

As classificadas como "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com transferência de controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem obedecer o procedimento das "operações com transferência" e as "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com retenção do controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem permanecer registradas no ativo na proporção do seu envolvimento continuado, que é o valor pelo qual a Instituição continua exposta às variações no valor do ativo transferido, o passivo referente à obrigação assumida na operação deve ser reconhecido, o resultado positivo ou negativo apurado, referente à parcela cujos riscos e benefícios foram transferidos, deve ser apropriado proporcionalmente ao resultado do período de forma segregada e as receitas e despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente pela Administração do Banco para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de operações de crédito e atende aos critérios estabelecidos pelo BACEN.

i) Outros ativos

Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base "pro rata" dia, incorridos até a data do balanço.

j) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros e, estão registradas na rubrica "Outros valores e bens".

k) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

k.1) Investimentos em Controladas

Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas.

k.2) Imobilizado de Uso

O ativo imobilizado de uso é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pela estimativa de vida útil do bem sendo móveis, equipamentos de uso, benfeitorias em imóveis de terceiros, sistemas de segurança e comunicações - 10 anos, sistemas de processamento de dados e veículos - 5 anos, conforme Nota 12.

l) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos não Financeiros ("Impairment")

É reconhecido como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substanciais, independente de outros ativos ou grupos de ativos.

As perdas com "impairment", quando aplicáveis, são registradas no resultado do exercício em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. No primeiro semestre de 2015 foram realizados testes e a Instituição não identificou a existência de indícios de redução do valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros. Em 30 de junho de 2014 foram realizados testes e a Instituição identificou a existência de indícios de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros reconhecendo esse impacto no resultado.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

m) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, e Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.

n) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (Corrente e Diferido)

A provisão para IRPJ é constituída com base nos rendimentos tributáveis pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros excedentes a R\$240 mil no exercício fiscal. A provisão para CSLL das instituições financeiras é de 15% e 9% para as demais empresas sobre o lucro tributável. Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes, na data das demonstrações financeiras, sendo que os créditos sobre adições temporárias, quando houver, serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários estão registrados na rubrica "Outros créditos" e foram reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

o) Ativos e Passivos Contingentes, Provisões e Obrigações Legais (Fiscais e Previdenciárias)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) baseiam-se nos critérios definidos no CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 aplicável a partir do exercício de 2010, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- **Passivos contingentes** - São apenas divulgados nas demonstrações financeiras porque são obrigações possíveis, visto que ainda há incertezas se a entidade tem uma obrigação que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos;
- **Provisões** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras as obrigações derivadas de contratos, legislação ou outra ação da lei em que a entidade não tem outra alternativa senão de liquidar a obrigação.

p) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O PIS 0,65% e a COFINS 4% são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da COFINS são registradas em "despesas tributárias".

q) Outros Passivos

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias até a data do balanço, e nas operações pré-fixadas pelo valor de resgate deduzido das correspondentes despesas a apropriar.

r) Partes Relacionadas

O Banco possui transações com partes relacionadas, as quais são efetuadas a preços e condições de mercado, para operações livres de risco. Essas transações estão demonstradas na Nota 18.

s) Resultado por Ação

É calculado com base na quantidade de ações do capital social integralizado na data das demonstrações financeiras.

t) Dividendos/Juros sobre Capital Próprio (JCP)

A previsão estatutária de distribuição mínima obrigatória de dividendos ou JCP é de quantia não inferior a 25% do lucro líquido ajustado do exercício de cada uma das entidades, conforme permite o Art.202, Parágrafo 3º, Inciso II, da Lei nº 6.404/1976.

No primeiro semestre de 2015 e 2014 não foram deliberados dividendos na forma de JCP.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

4. Disponibilidades

Composição	30/06/2015	30/06/2014
Disponibilidades em moeda nacional e estrangeira	48	4.203
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)	72.615	21.500
Total	72.663	25.703

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Até 3	De 3 a 12	Acima de	30/06/2015	30/06/2014
	Meses	Meses	12 Meses	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	11.440	-	-	11.440	21.500
Posição Bancada	11.440	-	-	11.440	21.500
Letras do Tesouro Nacional - LTN	11.440	-	-	11.440	21.500
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	61.175	-	-	61.175	4.089
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - POS	61.175	-	-	61.175	-
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural PRONAF	-	-	-	-	376
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural SUBEX	-	-	-	-	3.400
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural PRONAMP	-	-	-	-	313
Total	72.615	-	-	72.615	25.589
Circulante				72.615	25.589
Longo Prazo				-	-

As operações compromissadas e os títulos privados encontram-se custodiadas na CETIP - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, e os lastros das operações no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos
a) Títulos e Valores Mobiliários
a.1) Classificação por Título, Valor de Mercado e Curva
a.1.1) Títulos para Negociação

		Ajuste a	30/06/2015	30/06/2014
	Valor de Curva	Mercado -	Valor Contábil	Valor Contábil
		Resultado		
Carteira Própria				
Títulos Públicos				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	4.696	34	4.730	941
Total	4.696	34	4.730	941

a.1.2) Títulos Disponíveis para Venda

		Ajuste a	30/06/2015	30/06/2014
	Valor de Curva	Mercado -	Valor Contábil	Valor Contábil
		Resultado		
Carteira Própria				
Títulos Públicos				
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	42.165	(638)	41.527	14.139
Total	42.165	(638)	41.527	14.139
Vinculados a prestação de garantias				
Títulos Públicos				
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	12.170	(171)	11.999	36.542
Total	12.170	(171)	11.999	36.542

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

a.2) Classificação e Vencimento
a.2.1) Títulos para Negociação

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2015	30/06/2014
				Total	Total
Carteira Própria					
Títulos Públicos					
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	4.730	-	-	4.730	941
Total	4.730	-	-	4.730	941
Circulante				4.730	941
Longo Prazo				-	-

a.2.2) Títulos Disponíveis para Venda

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2015	30/06/2014
				Total	Total
Carteira Própria					
Títulos Públicos					
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	41.527	41.527	14.139
Total	-	-	41.527	41.527	14.139
Vinculados a prestação de garantias					
Títulos Públicos					
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	11.999	11.999	36.542
Total	-	-	11.999	11.999	36.542
Total dos Títulos Disponíveis para Venda	-	-	53.526	53.526	50.681
Circulante				-	-
Longo Prazo				53.526	50.681

Os títulos públicos encontram-se custodiados no SELIC.

O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

a.3) Resultado com Operações de Títulos e Valores Mobiliários

	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.296	10.555
Rendas de Títulos de Renda Fixa	3.663	979
Total	8.959	11.534

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de atender as necessidades de clientes, fazer a gestão de risco de mercado às exposições decorrentes dos fatores de risco, taxa pré-fixada, variação de preço de moedas estrangeiras, lbovespa e de "Commodities", assim como dos cupons de moeda estrangeira, de índices de preços e de outras taxas de juros do mercado doméstico.

Para o semestre findo em 30 de junho de 2015 e 2014 o Banco não possui instrumentos financeiros derivativos classificados contabilmente como "hedge" nos termos da Circular CMN nº 3082/2002.

A estrutura organizacional e de processos é montada de forma a permitir um controle independente e assertivo dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades. A estrutura de gerenciamento de riscos está descrita na Nota 27.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados para gestão de riscos das carteiras de negociação "trading" e não-negociação "banking". Aqueles classificados como "trading" são utilizados visando o gerenciamento das exposições ao risco de mercado das operações de negociação, cuja intenção é a revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, ou ainda a realização de arbitragem. Diariamente, estas operações são identificadas, mensuradas, submetidas ao controle de limites e os resultados reportados à Administração.

Aqueles classificados como "banking" possuem a finalidade de fazer a gestão do risco de mercado das exposições da carteira de não negociação, composta por ativos e passivos das linhas de negócios que não possuem a característica de negociação. Estas operações são controladas por medida de perda estimada baseada em choques históricos nas curvas de juros. A mensuração e o reporte à Administração ocorrem, no mínimo, mensalmente.

As metodologias de mensuração e controle para os riscos da carteira de negociação são: o "VaR" Paramétrico (*Value at Risk*), com nível de confiança de 99,9% e intervalos de tempo "holding period" variável, estipulado de acordo com o prazo de liquidação/imunização da carteira; os testes de estresse; e o "stop loss".

A carteira Trading a seguir corresponde ao Conglomerado Financeiro :

Carteira Trading - jun/2015		Value at Risk		jun/14
Fator de Risco	Risco de Variação em:	Média	Fechamento	Fechamento
pré-fixado	Taxa de Juros pré-fixada	354	2.825	24.224
Boi Gordo	Preço do Boi Gordo CEPEA	1	4	1
Moedas Estrangeiras	Variação Cambial	2.805	393	140
Ação Bovespa	Ação da Bovespa	12.283	15.464	7.030
Exposição com Correlação		14.303	16.358	36

Carteira Banking - jun/2015		Teste de Estresse		jun/14
Risco		Média	Fechamento	Fechamento
Risco de Taxa de Juros		27.045	29.975	30.119

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b.1) Critérios de Avaliação e Mensuração na Apuração do Valor de Mercado

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é realizada de forma diária e baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas e em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação.

Premissas para determinação de preços de mercado:

- **Futuros e Opções Padronizadas:** cotações em Bolsas;
- **Opções não Padronizadas:** determinadas com modelos de precificação de opções aplicados às variáveis observadas no mercado;
- **"Swaps":** o fluxo de caixa de cada uma de suas partes descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da BM&FBovespa; e
- **Termo de Moeda:** o valor futuro da operação descontado a valor presente, conforme taxas obtidas na BM&FBovespa ou bolsas de referência.

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor de mercado e seus valores referenciais "notional" estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

	30/06/2015				30/06/2014	
	Valor de Curva	Valor de Mercado	Referencial do Contrato	Valor de Curva	Valor de Mercado	Referencial do Contrato
NDF						
Posição Ativa	-	-	-	-	-	40
Commodities	-	-	-	-	-	40
Posição Passiva	-	-	-	-	(39)	(40)
Commodities	-	-	-	-	(39)	(40)
Diferencial Líquido	-	-	-	-	(39)	-
Swap						
Posição Ativa	86	68	1.068	60	47	1.068
IPCA ⁽¹⁾	86	68	1.068	60	47	1.068
Posição Passiva	-	-	-	-	-	(1.068)
CDI	-	-	-	-	-	(1.068)
Diferencial Líquido	86	68	1.068	60	47	-

(1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

	Custo - Valor a Receber/(a Pagar)	Ajuste ao Valor de Mercado	30/06/2015		30/06/2014	
			Total	Valor Referencial dos Contratos	Valor de Mercado	Valor Referencial dos Contratos
Resumo						
Compra/Venda de NDF a Receber/(Pagar)	-	-	-	-	(39)	40
Contratos de "Swap" a Receber/(Pagar)	86	(18)	68	1.068	(13)	1.068
Total	86	(18)	68	1.068	(52)	1.108

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b.2) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2015		30/06/2014
				Total	Total	Total
Valores a Receber/(Pagar) a Mercado						
Operações NDF a Receber/(Pagar)	-	-	-	-	-	(39)
Operações "Swap" a Receber/(Pagar)	17	51	-	68	47	47
Total	17	51	-	68	8	8
Valores Referenciais dos Futuros*						
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2015		30/06/2014
				Total	Total	Total
DDI	-	7.731	-	7.731	-	82.406
DI	-	467	821	1.288	-	3.500
Dólar	-	-	-	-	-	49.541
BGI	-	-	-	-	-	372
Total	-	8.198	821	9.019	135.819	135.819

* Referem-se aos valores referenciais nas datas de vencimento.

Os ajustes líquidos a pagar ou a receber referentes a contratos nos mercados futuros de boi gordo, milho, DI, dólar, cupom de dólar e índice de Ibovespa em D+1, no montante de R\$ 39 (30/06/2014 – R\$ 534), foram registrados na rubrica de "Negociação e Intermediação de Valores".

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos efetuados junto à BM&FBovespa, foram requeridas margens de garantia em títulos, no valor de R\$ 11.999 (30/06/2014 - R\$ 36.542), representados por NTN.

Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se registrados, conforme o caso, na CETIP e na BM&FBovespa.

b.3) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

	Receita	Despesa	01/01 a	
			30/06/2015	30/06/2014
			Resultado	Resultado
NDF	-	-	-	(254)
"Swap"	36	(11)	25	34
Opções	-	-	-	12
DI	16	(7)	9	94
DDI	806	(3.068)	(2.262)	2.722
BGI	-	-	-	225
Moedas	2.202	(6.443)	(4.241)	9.179
Dólar	-	-	-	(58)
Total	3.060	(9.529)	(6.469)	11.954

7. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica "Relações interfinanceiras" é composto por créditos vinculados representados, basicamente, por depósitos efetuados no BACEN no montante de R\$ 50 (30/06/2014 - R\$ 156), para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação (posição ativa e passiva).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

8. Carteira de Créditos e Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa
a) Carteira de Créditos - Composição por Produto

	30/06/2015	30/06/2014
Empréstimos e Títulos Descontados	56.631	236.891
Adiantamentos a Depositantes	2	32
Empréstimos	56.629	236.859
Cédula de Produto Rural (CPR) ⁽¹⁾	51.525	195.191
Capital de Giro	5.074	33.243
Conta Corrente Garantida	30	8.389
Cheque Especial	-	36
Financiamentos	3.991	100.007
Cédula de Crédito Imobiliário (CCI) ⁽²⁾	2.135	4.286
Cédula de Crédito à Exportação (CCE) ⁽³⁾	1.856	95.721
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	215	694
Sub-Total	60.837	337.592
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(20.432)	(28.394)
Total	40.405	309.198
Circulante	34.438	277.198
Longo Prazo	5.967	32.000

(1) Representa o compromisso de entrega de produtos rurais, com ou sem garantia cedularmente constituída. Basicamente, o produtor rural a emite e recebe o valor negociado de forma antecipada.

(2) Instrumento originado pela existência de direitos de crédito imobiliário com pagamento parcelado. A cédula é emitida pelo credor, com o objetivo de facilitar e simplificar a cessão do crédito e podem contar ou não com garantia.

(3) Título emitido por pessoas físicas e jurídicas para operação de financiamento à exportação, produção de bens para exportação, bem como às atividades de apoio e complementação da exportação, tem garantia real e é cedularmente constituída.

b) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

				30/06/2015	30/06/2014
	Parcelas Vencidas a partir de 15 dias	Parcelas a Vencer até 12 Meses e Vencidas até 14 dias	Parcelas a Vencer Acima de 360 dias	Total	Total
Setor Privado					
Rural	15.349	32.205	10.976	58.530	314.985
Indústria	-	2.306	-	2.306	12.869
Outros Serviços	1	-	-	1	5.030
Outros	-	-	-	-	4.708
Total	15.350	34.511	10.976	60.837	337.592

c) Concentração de Crédito

			30/06/2015		30/06/2014	
	Valor	% da Carteira	Provisões	% das Provisões	Valor	% da Carteira
10 Maiores Devedores	45.480	75%	13.084	64%	128.273	38%
50 Maiores Devedores Seguintes	15.357	25%	7.348	36%	171.728	51%
100 Maiores Devedores Seguintes	-	0%	-	0%	36.503	11%
Demais Devedores Seguintes	-	0%	-	0%	1.088	0%
Total	60.837	100%	20.432	100%	337.592	100%

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

A abertura da posição "Curso Normal" e "Curso Anormal" refere-se aos contratos vigentes em 30 de junho de 2015. As provisões constituídas levam em consideração as classificações de "rating" e os percentuais estipulados na Resolução CMN nº 2.682/1999.

Nível de Risco	Carteira de Créditos				30/06/2015
	% Provisão	Curso	Curso	Total	Provisão
	Mínima Requerida	Normal ⁽¹⁾	Anormal ⁽¹⁾		
A	0,5%	26.294	-	26.294	131
B	1%	2.304	-	2.304	23
C	3%	21	8.657	8.678	260
D	10%	432	2.047	2.479	248
E	30%	-	240	240	72
G	70%	3.067	746	3.813	2.669
H	100%	4.450	12.579	17.029	17.029
Total		36.568	24.269	60.837	20.432

Nível de Risco	Carteira de Créditos				30/06/2014
	% Provisão	Curso	Curso	Total	Provisão
	Mínima Requerida	Normal ⁽¹⁾	Anormal ⁽¹⁾		
A	0,5%	165.494	-	165.494	828
B	1%	66.900	4.086	70.986	710
C	3%	23.593	15.699	39.292	1.179
D	10%	13.264	15.090	28.354	2.835
E	30%	1.285	5.072	6.357	1.907
F	50%	35	8.113	8.148	4.074
G	70%	4.881	2.119	7.000	4.900
H	100%	-	11.961	11.961	11.961
Total		275.452	62.140	337.592	28.394

(1) Curso normal refere-se a contratos vincendos e contratos com parcelas vencidas até 14 dias e curso anormal à contratos vincendos e vencidos a partir de 15 dias.

e) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	30/06/2015	30/06/2014
Saldo Inicial	30.787	40.245
Constituição Líquida de Reversão	(1.766)	9.913
Baixa para Prejuízo	(8.589)	(21.764)
Saldo Final	20.432	28.394
Circulante	(15.423)	(27.978)
Longo Prazo	(5.009)	(416)
Créditos Recuperados ⁽¹⁾	285	1.602

(1) Registrados como receita da intermediação financeira na rubrica de "Operações de crédito".

No primeiro semestre de 2015, os créditos renegociados são de R\$ 3.146 (30/06/2014 – R\$34.649) e a PCLD é de R\$ 1.856 relativo as operações vencidas e repactuadas. O gerenciamento de risco de crédito está descrito na Nota 27.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

f) Cessão de Crédito
f.1) Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução nº 3.533/2008 do CMN atualizada com normatizações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1 de janeiro de 2012 a permanecer registrados na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriado ao resultado do período.

Com Transferência Substancial de Risco

No primeiro semestre de 2015 não houve cessão de crédito com transferência substancial do risco e benefício (sem coobrigação). Em junho de 2014 o valor cedido foi de R\$ 5.028. No período o banco não obteve recuperação de crédito baixado para prejuízo.

	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>
Total da Carteira Cedida	-	5.028
Valor da Venda	-	5.028

g) Resultado de Operações de Crédito

	<u>01/01 a 30/06/2015</u>	<u>01/01 a 30/06/2014</u>
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	-	1
Rendas de Empréstimos	7.254	24.265
Rendas de Financiamentos	465	(535)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo (Nota 8.e)	285	1.602
Total	8.004	25.333

9. Outros Créditos
a) Carteira de Câmbio

	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>
Ativo		
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	-	(124)
Direitos sobre Venda de Câmbio	-	124
Câmbio Comprado a Liquidar	-	38
Total	-	38
Circulante	-	38
Passivo		
Câmbio Vendido a Liquidar	-	122
Obrigações por Compra de Câmbio	-	38
Adiantamentos sobre Contrato de Câmbio	-	(38)
Total	-	122
Circulante	-	122

b) Créditos Tributários

	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>
Créditos Fiscais Diferidos		
Saldo Inicial	19.229	19.654
Constituições	3.074	4.084
Reversões	(2.481)	(2.143)
Saldo Final	19.822	21.595
Débitos Fiscais Diferidos (Nota 14.a)		
Saldo Inicial	42	75
Constituições	3	803
Reversões	(35)	(606)
Saldo Final	10	272

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b.1) Ativo Fiscal Diferido

Em 30 de junho de 2015 e de 2014, os valores diferidos foram calculados, substancialmente, sobre provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis.

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados nas rubricas "Outros créditos – Créditos Tributários" e "Outras obrigações – Fiscais e Previdenciárias", respectivamente.

	30/06/2015	30/06/2014
Prejuízo Fiscal	11.809	-
Crédito de IRPJ sobre Prejuízo Fiscal - 25%	2.952	-
Base Negativa de Contribuição Social	11.812	-
Crédito de CSLL sobre Base Negativa - 15%	1.772	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	20.432	28.394
Provisão para Contingências Trabalhistas	2.742	1.675
Provisão para Despesas Administrativas	78	2.966
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	808	52
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação - 4,65%	(38)	(2)
Ajustes Futuro - DI e DDI	-	665
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	-	(31)
Perdas em Operações de Crédito	13.629	20.186
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	37.652	53.905
Total de Diferenças Temporárias - CSLL	37.652	53.905
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	9.413	13.476
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 15%	5.647	8.086
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Derivativos	808	52
Ajustes Futuro - DI e DDI	-	665
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e COFINS	808	717
Alíquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
Total do Crédito de PIS e COFINS Diferidos	38	33
Total do Ativo Fiscal Diferido	19.822	21.595
Circulante	1.984	2.587
Longo Prazo	17.838	19.008

b.2) Passivo Fiscal Diferido

	30/06/2015	30/06/2014
Ajuste negativo ao valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	-	636
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	23	-
PIS/COFINS diferidos sobre ajuste positivo ao valor de mercado de títulos - 4,65%	(1)	(30)
Total de Diferenças Temporárias- IRPJ	22	606
Débitos sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	6	152
Débitos sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 15%	3	91
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	23	-
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Derivativos	-	636
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e COFINS	23	636
Alíquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
Total do Débito de PIS e COFINS Diferidos	1	30
Total do Passivo Fiscal Diferido	10	272
Circulante	10	272
Longo Prazo	-	-

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b.3) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários e Passivo Fiscal Diferido

Ano	30/06/2015			30/06/2014		
	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos
2014	-	-	-	2.587	272	2.315
2015	1.984	10	1.974	3.177	-	3.177
2016	2.079	-	2.079	1.370	-	1.370
2017	3.527	-	3.527	1.940	-	1.940
2018	7.419	-	7.419	2.932	-	2.932
2019	4.813	-	4.813	9.589	-	9.589
Total	19.822	10	19.812	21.595	272	21.323

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente do ativo fiscal diferido em 30 de junho de 2015, considerando a taxa de captação projetada para o período é de R\$ 15.047 (30/06/2014 - R\$ 14.949).

d) Outros Créditos - Diversos

	30/06/2015	30/06/2014
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar	1.278	2.835
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Trabalhistas (Nota 15.b.1)	85	41
Para Interposição de Recursos Cíveis (Nota 15.b.2)	30	936
Adiantamentos Salariais/Outros	6	25
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 18.c)	-	34
Outros	50	34
Total	1.449	3.905
Circulante	1.449	3.905

10. Outros Valores e Bens

	30/06/2015	30/06/2014
Despesas Antecipadas	59	198
Total	59	198
Circulante	59	198

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

11. Participações em Coligadas e Controladas

Investimentos	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas Direta ou Indiretamente (Mil)			30/06/2015	
	Atividade	Ações	Participação Direta	Participação Direta e Indireta	
		Ordinárias e Cotas			
Controladas do Banco					
Original Promotora Ltda.	Intermediação	149.985	99,99%	99,99%	
Original Investimentos Imobiliários Ltda.	Investimento	99.999	99,99%	99,99%	

	Patrimônio	Lucro	Resultado da Equivalência			
	Líquido	Líquido/	Valor dos Investimentos		Patrimonial	
	Ajustado	(Prejuízo)				
	30/06/2015	01/01 a 30/06/2015	30/06/2015	30/06/2014	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Controladas do Banco						
Original Promotora Ltda.	331	14	345	321	14	(1)
Original Investimentos Imobiliários Ltda. ⁽¹⁾	100	-	100	100	-	-
Coligada do Banco						
Brasil Agrosec Cia Securitizadora Ltda. ⁽²⁾	-	-	-	109	-	(177)
Total	431	14	445	530	14	(178)

(1) Em fase pré-operacional, com capital a integralizar;

(2) Investimento alienado em Dezembro de 2014.

12. Imobilizado de Uso

	Custo	Depreciação	30/06/2015	30/06/2014
			Residual	Residual
Outras Imobilizações de Uso				
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	247	(97)	150	179
Sistemas de Processamento de Dados	2.784	(2.063)	721	1.075
Sistemas de Segurança e Comunicações	261	(179)	82	121
Total	3.292	(2.339)	953	1.375

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

13. Captação de Recursos e Obrigações por Repasses
a) Depósitos

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2015	30/06/2014
					Total	Total
Depósitos à Vista	2.117	-	-	-	2.117	3.796
Depósitos Interfinanceiros	-	-	-	-	-	30.480
Depósitos a Prazo - CDB e DPGE	-	-	66.361	7.212	73.573	114.576
Total	2.117	-	66.361	7.212	75.690	148.852
Circulante					68.478	85.490
Longo Prazo					7.212	63.362

Em 30 de junho de 2015 os Depósitos a Prazo estão compostos por DPGE no montante de R\$ 70.380 (30/06/2014 - R\$ 107.649) e CDB no montante de R\$ 3.193 (30/06/2014 - R\$ 6.927).

O Banco realiza operações com Certificado de Depósito Bancário (CDB), com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 90% e 115,50% do CDI e 129,99% do IPCA (30/06/2014 - 95% e 115,50% do CDI e IPCA 100%). Para operações de DPGE com taxas pós-fixadas praticadas entre 108% e 121% do CDI, ou 108,15% a 124,91% do IPCA. (30/06/2014 - 113% e 120% do CDI).

a.1) Despesa de Captação no Mercado

	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
	Depósitos Interfinanceiros	-
Depósitos a Prazo - CDB e DPGE	(6.628)	(9.231)
Captação no Mercado Aberto	(137)	(6.009)
LCA	(1.210)	(9.160)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC	(16)	(144)
Total	(7.991)	(25.478)

b) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2015 Total	30/06/2014 Total
	LCA	1.388	8.029	977	10.394
Total	1.388	8.029	977	10.394	153.884
Circulante				9.417	138.762
Longo Prazo				977	15.122

O Banco realiza operações com LCA, com taxas praticadas em operações pós-fixadas de 96% e/ou 103,50% do CDI (30/06/2014 - 50% e 103% do CDI). Para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 8,39% a.a. e 12,46% (30/06/2014 - 2,88% a.a. e 11,66% a.a.) e para operações pós-fixadas o valor da taxa praticada é de 61,36% e 80,22% do IGPM (30/06/2014 - não havia operações com esta taxa).

c) Relações Interdependências

Refere-se ao registro das ordens de pagamento em moedas estrangeiras provenientes do exterior, basicamente, operações de câmbio, a serem cumpridas no País por seu contra valor em moeda nacional. Em junho de 2015 não apresenta saldo (30/06/2014 - R\$ 407).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

d) Obrigações por Repasses do País

O Banco possui operações de linhas de financiamento com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) destinada a cafeicultores, suas cooperativas e as agroindústrias, para utilização em custeio, colheita, estocagem e aquisição de café.

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2015	30/06/2014
				Total	Total
Funcafé - Capital de Giro	-	110	-	110	693
Total	-	110	-	110	693
Circulante				110	228
Longo Prazo				-	465

As taxas e prazos estão em conformidade com o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).

14. Outras Obrigações
a) Fiscais e Previdenciárias

	30/06/2015	30/06/2014
Impostos e Contribuições a Recolher	110	225
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	24	12
Impostos e Contribuições sobre Salários	3	3
Outros	83	210
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	-	3.812
Provisão para Imposto de Renda	-	2.357
Provisão para Contribuição Social	-	1.455
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 9.b.2)	10	272
Total	120	4.309
Circulante	120	4.309

b) Outras Obrigações - Diversas

	30/06/2015	30/06/2014
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas (Nota 16.b.1.1)	2.742	1.675
Provisão para Pagamentos a Efetuar	129	943
Despesas de Pessoal	16	71
Outras despesas administrativas ⁽¹⁾	27	154
Outros pagamentos ⁽²⁾	86	718
Subscrições de capital a integralizar ⁽³⁾	100	100
Outras	44	38
Total	3.015	2.756
Circulante	3.015	981
Longo Prazo	-	1.775

(1) Constituído pela despesa de publicações.

(2) Constituído basicamente por provisão de PLR funcionários.

(3) Constituído por capital a integralizar da Original Investimentos Imobiliários Ltda. (nota 11)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

15. Ativos e Passivos Contingentes e Provisões
a) Ativos Contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

b) Provisões e Passivos Contingentes
b.1) Provisão para Processos Trabalhistas

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas devidos.

Em 30 de junho de 2015, o Banco possuía R\$ 2.742 (30/06/2014 - R\$1.675) de ações trabalhistas com probabilidade de saída de recursos prováveis, para os quais foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 85 (30/06/2014 - R\$41).

b.1.1) Movimentação das Provisões para Processos Trabalhistas

	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
	Trabalhistas	Trabalhistas
Saldo Inicial	2.726	2.332
Constituição Líquida de Reversão	16	(657)
Saldo Final	2.742	1.675

b.2) Provisões para Processos Cíveis

Estas ações são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos.

Para esses processos foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 30 (30/06/2014 - R\$ 936).

b.3) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos de natureza trabalhista ou cível classificados, com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

Em 30 de junho de 2015 o Banco não possui processos de natureza cível classificados como possível. Para processos de natureza trabalhista, no primeiro semestre de 2015 e 2014, o banco possui os seguintes montantes de passivo contingente classificado como perda possível:

	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Processos Trabalhistas	133	73
Total	133	73

16. Patrimônio Líquido
a) Capital Social

Em 30 de junho de 2015, o capital social de R\$ 104.015 (30/06/2014 - R\$104.015) de domiciliados no País, integralizado é assim representado:

	30/06/2015		30/06/2014	
	Ordinárias R\$	Total	Ordinárias R\$	Total R\$
De Domiciliados no País	104.015	104.015	104.015	104.015
Total	104.015	104.015	104.015	104.015

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Refere-se ao valor do ajuste a valor de mercado relativo aos títulos públicos representados por NTN no montante de R\$ (462) em 30 de Junho de 2015 (30/06/2014 - R\$ 364).

c) JCP e Dividendos

Em 30 de junho de 2015 e 2014 não foram deliberados JCP e Dividendos.

d) Reserva de Lucros

Em 30 de junho de 2015 não foi constituída Reserva. Em 31 de dezembro de 2014 foi constituída reserva legal no montante de R\$ 1.736 (30/06/2014 - R\$ 2.425), que é constituída à base de 5% sobre o lucro do exercício, limitada a 20% do capital social, de acordo com previsão em Estatuto Social e legislação vigente.

17. Limites Operacionais

Desde outubro de 2013, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar seguindo as diretrizes de Basileia III. Segundo estas novas regras as instituições financeiras devem manter requerimentos mínimos de patrimônio de referência (PR), de Nível I e Nível II compatíveis com os níveis de risco de suas atividades, de forma a manter a relação Patrimônio de Referência (PR) e o montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) superior a 11%. Este índice deve ser calculado de forma consolidada.

Em 30 de junho de 2015 e 2014, o Banco encontra-se enquadrado nos limites de capital e patrimônio compatível com o risco da estrutura dos ativos, conforme normas e instruções estabelecidas pela Resolução nº 4.193/2013 e legislação complementar.

O Índice de Basileia demonstrado a seguir corresponde ao Conglomerado Financeiro :

	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>
Patrimônio de Referência Nível I	1.987.285	2.033.285
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	1.987.285	2.033.285
RWA (Patrimônio de Referência Exigido) ⁽¹⁾	5.690.878	842.610
RWA _{CPAD} (Parcela de Risco de Crédito)	4.403.678	249.718
RWA _{MPAD} (Parcelas de Risco de Mercado)	788.953	528.742
RWA _{OPAD} (Parcela de Risco Operacional)	498.247	64.150
Índice de Basileia III e II	34,9	26,5

(1) Para comparação entre a regra antiga e nova deve-se multiplicar as parcelas de RWA por 11%.

O Banco, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e requerimentos mínimos de patrimônio de referência (PR), de Nível I e Nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico www.original.com.br.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em 30 de junho de 2015 e 2014, o Banco encontra-se enquadrado no referido índice.

18. Partes Relacionadas

a) Benefícios Pós-Emprego

O Banco não possui programas de remuneração de pós-emprego para Diretoria ou Colaboradores.

b) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 30 de junho de 2015 e 2014:

Acionistas	<u>30/06/2015</u>		<u>30/06/2014</u>	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)			
J&F Participações Ltda. (J&F) ⁽¹⁾	99.000.000	99%	99.000.000	99%
Pessoas Físicas (PF)	1.000.000	1%	1.000.000	1%
Total	100.000.000	100%	100.000.000	100%

(1) Empresa de investimentos (Holding).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

c) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços entre as empresas abaixo relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas usuais de mercado, e em condições de comutatividade. Em 30 de junho de 2015 e 2014, os saldos de operações e os resultados obtidos em transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 e pela Resolução CMN nº 3.750/2009, conforme os saldos apresentados abaixo:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	30/06/2015	30/06/2014	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Aplicações em Operações Compromissadas	11.440	-	444	-
Banco Original S.A. ⁽¹⁾	11.440	-	444	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	61.175	-	2.372	-
Banco Original S.A. ⁽¹⁾	61.175	-	2.372	-
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	-	57	-	-
Banco Original S.A.	-	57	-	-
Depósito a Vista	(122)	(55)	-	-
Flora Produtos de Limpeza e Higiene S.A.	-	(1)	-	-
JBS Holding Internacional S.A.	(29)	(29)	-	-
JBS S.A. (JBS)	(44)	(14)	-	-
J&F Floresta Agropecuária	(7)	(6)	-	-
J&F Participações Ltda.	-	(2)	-	-
J&F Investimentos S.A.	(35)	(3)	-	-
Original Promotora Ltda.	(7)	-	-	-
Depósito Interfinanceiro	-	(21.500)	-	(9)
Banco Original S.A.	-	(21.500)	-	(9)
Depósito a Prazo	(334)	(344)	(37)	(5)
Original Promotora Ltda.	(334)	(302)	(37)	(2)
Outros ⁽²⁾	-	(42)	-	(3)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	(1.263)	-	(67)
Outros ⁽²⁾	-	(1.263)	-	(67)

(1) Controlado pela J&F;

(2) Inclui Alta Administração e Pessoas Físicas Ligadas.

19. Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas

	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Intermediação e Assessoria Financeira	-	14
Cobrança e Arrecadações	-	16
Serviços de Corretagem, Custódia e Colocação de Títulos	-	61
Prestação de Serviços de Assessoria Financeira	28	-
Outras Prestações de Serviços ⁽¹⁾	2	-
Total	30	91

(1) Refere-se a câmbio, tarifa bancária e outras prestações de serviços.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

20. Despesas de Pessoal

	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Remuneração	(41)	(1.094)
Encargos	(12)	(131)
Benefícios	(10)	(239)
Outras	-	(5)
Total	(63)	(1.469)

21. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	(703)	(1.360)
Depreciações e Amortizações	(237)	(732)
Propaganda e Publicidade ⁽¹⁾	(537)	(413)
Comunicações	(271)	(234)
Processamento de Dados	(2.293)	(1.715)
Aluguéis	(43)	(353)
Transportes e Viagens	(119)	(461)
Serviços de Vigilância e Segurança	(1)	(25)
Manutenção e Conservação de Bens	(47)	(94)
Serviços do Sistema Financeiro	(160)	(414)
Água, Energia e Gás	-	(14)
Material	-	(9)
Outras	(250)	(584)
Total	(4.661)	(6.408)

(1) Inclui Publicações das Demonstrações Financeiras.

22. Despesas Tributárias

	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Despesa com COFINS	(259)	(893)
Despesa com ISS	(2)	(5)
Despesa com PIS/Pasep	(42)	(145)
Outras	(98)	(31)
Total	(401)	(1.074)

23. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Atualização de Impostos a Compensar	74	87
Reversão de Provisões Contingências	-	569
Recuperação De Encargos E Despesas	146	25
Atualização de Depósitos Judiciais	5	5
Reversão de Provisões Operacionais	120	-
Outras	-	21
Total	345	707

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

24. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Provisões Operacionais		
Trabalhistas	(16)	-
Indenizações Trabalhistas	(80)	-
Outras	-	(435)
Total	(96)	(435)

25. Resultado não Operacional

	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Lucro na Alienação de Valores e Bens	-	(169)
Total	-	(169)

26. Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)

Em 30 de junho de 2015 e 2014, os valores diferidos foram calculados, substancialmente, sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis.

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social estão apresentados no Balanço Patrimonial nas rubricas de Outros Créditos - Diversos e Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias, respectivamente.

	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Deduzido as Participações no Resultado	(674)	4.227
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(14)	178
Outras Diferenças Permanentes - CSLL	13	173
Outras Diferenças Permanentes - IRPJ	16	176
Base de cálculo - CSLL	(675)	4.578
Base de cálculo - IRPJ	(671)	4.581
CSLL - 15%	101	(687)
IRPJ - 25% Deduzidos dos Incentivos Fiscais	168	(1.074)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	269	(1.760)
IRPJ e CSLL exercícios anteriores	-	-
Encargo Líquido de IRPJ e CSLL	269	(1.760)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

27. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A avaliação dos riscos é fundamental para a tomada de decisão. Por isso, o Banco conta com uma estrutura de Gerenciamento de Riscos, constituída de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e atividades desenvolvidas.

As aprovações e revisões das diretrizes de gestão de risco e de capital, bem como os limites de riscos, são definidos por comitê composto pelo corpo diretivo e técnico da Instituição. O Comitê de Diretoria é a autoridade superior nas decisões relacionadas à deliberação, coordenação, avaliação e delegação sobre a alocação de capital e apetite a risco da Alta Administração do Banco.

Outro pilar da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle. Os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação de um novo produto, e a independência de informação destas áreas com o processo operacionalizando. Esta independência de informações busca garantir um fluxo de controle menos sensível ao risco operacional e evita situações em que possam existir conflitos de interesses.

Em conformidade com a regulamentação do BACEN, o Banco disponibiliza informações acerca de sua estrutura de gerenciamento de riscos publicamente no website: www.original.com.br.

a. Gerenciamento de Riscos Operacionais

Conforme Resolução CMN nº 3.380/2006, o Banco considera risco operacional, a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas, ou de eventos externos. Inclui-se ainda o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Banco, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco.

A estrutura de risco operacional do Banco visa identificar, avaliar, monitorar, testar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a Instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle aos demais. Esta estrutura está formalizada em política que define a metodologia, processos e responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de Risco Operacional atua de forma corretiva e preventiva evitando novos eventos e reincidência de falhas.

A estrutura conta ainda com um comitê de Risco Operacional, além da participação dos ACIR's – Agentes de Controles Internos e Riscos, colaboradores responsáveis pela gestão do risco operacional em sua própria diretoria, o que reforça o papel individual de cada colaborador no gerenciamento de risco operacional no Banco como um todo.

b. Gerenciamento de Riscos de Mercado

O Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira do Banco. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam mensurar e controlar as exposições intrínsecas a cada operação. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Banco tem como base a Resolução nº 3.464/2007 do CMN.

A análise de exposição das carteiras da Instituição é pautada em processos realizados pela Diretoria de Riscos em conformidade com as diretrizes definidas pela Diretoria da Instituição e formalizadas na Política de Risco de Mercado, documento interno aprovado e revisado pelo Comitê de Diretoria.

As estratégias de risco são definidas pela Alta Administração da Instituição e incorporam o planejamento estratégico das áreas de negócios.

Os limites e níveis de alertas devem ser revisados no mínimo anualmente pela Alta Administração. São observados os seguintes limites: "VaR (Value at Risk)", Testes de Estresse, "Stop Loss" e Análise de sensibilidade.

c. Gerenciamento de Riscos de Liquidez

A relevância que a Diretoria da Instituição tem em relação ao gerenciamento de risco de liquidez é norteada pela Política de Risco de Liquidez, documento aprovado e revisado periodicamente pelo Comitê de Diretoria. Esta política segue as diretrizes da Resolução CMN nº 4.090/2012, assim como as melhores práticas propostas pelo Comitê de Basileia.

A área de riscos é responsável por monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a solvência da Instituição. Estas informações são encaminhadas para as áreas de negócio e para a Diretoria do Banco e suportam o planejamento de liquidez da Instituição.

As principais variáveis utilizadas pelo Banco para a análise são: Disponibilidade de Caixa, Nível de Caixa Mínimo e a Projeção do Fluxo de Caixa.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

d. Gerenciamento de Riscos de Crédito

Conforme a Resolução CMN nº 3.721/2009, o risco de crédito pode ser considerado como a expectativa de perda financeira decorrente da deterioração na possibilidade de cumprimento de obrigações contratuais de contrapartes do Banco, gerada por mudanças inesperadas na saúde financeira de um tomador de crédito ou contraparte, em um acordo financeiro e suas implicações, tais como a desvalorização do contrato devido à deterioração na classificação de rating do cliente, além de variações nos indexadores e moedas associados à obrigação.

No caso particular em que o cliente é a contraparte do Banco em uma operação de derivativos, avalia-se o risco de crédito potencial. Com este tipo de operação, diferentemente de uma operação de empréstimo tradicional, em que o valor a receber é conhecido, as perdas potenciais de crédito ficam associadas às flutuações de mercado e seus impactos nos instrumentos financeiros.

A Diretoria do Banco é responsável pela aprovação e revisão das métricas de risco juntamente com sua política de risco de crédito. É função da Diretoria de Riscos monitorar, analisar e controlar a exposição ao risco de crédito do Banco, de forma independente das áreas de negócio, definindo o nível de provisionamento das operações de crédito, de maneira a antecipar as perdas projetadas para a carteira de crédito.

28. Outras Informações

a. Garantias Prestadas

Em 30 de junho de 2015, não foram concedidos avais de fianças à terceiros pelo Banco, mediante comissão que estão sujeitas a encargos financeiros e contra garantias dadas pelos beneficiários (30/06/2014 - R\$ 755).

b. Plano de Aposentadoria e Pensões

O Banco não tem compromisso para patrocínio de plano de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social em proveito de seus empregados e administradores de forma que não se aplica ao Banco as exigências dispostas na Deliberação CVM nº 600/2009.

c) Informações Suplementares

Publicada no Diário Oficial da União de 22 de maio de 2015, a Medida Provisória nº 675 majorou a alíquota da CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, para as instituições financeiras de 15% para 20%, vigorando a partir de 1º de setembro de 2015.

Considerando-se que o Crédito Tributário constituído com base nas diferenças temporárias, decorrentes dos ajustes tributários efetuados nas instituições que compõem o Banco Original, são de longo prazo e conseqüentemente serão realizados na vigência da nova alíquota, calculamos qual seria este efeito com base nos saldos em 30 de junho de 2015, cujo resultado foi o aumento do Crédito Tributário em R\$ 2.472 MM, assim demonstrado:

Descrição	BOA
Base de Cálculo	49.441
Crédito Tributário à Alíquota de 15%	7.416
Crédito Tributário à Alíquota de 20%	9.888
Diferença a constituir	2.472

Os valores acima mencionados não são parte integrante do resultado encerrado em 30 de junho de 2015 e somente poderão ser reconhecidos a partir de 1º de setembro de 2015, considerando-se a hipótese da MP nº 675/15 ser aprovada pelo Congresso Nacional.
